

ASPECTOS DO USO DO TERMO “DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NO ÂMBITO DA TERMINOLOGIA E DA ETNOTERMINOLOGIA

DOI: 10.47677/gluks.v25i01.532

Recebido: 15/04/2025

Aprovado: 30/05/2025

SUSIN, Camila¹
FINATTO, Maria José Bocorny²

RESUMO: A correção de fluxo escolar busca regularizar o percurso de estudantes com distorção idade-série, refletindo atrasos no progresso escolar. Associada a fatores como reprovação e abandono, essa questão revela desafios estruturais e culturais do sistema educacional. A terminologia usada para descrever estudantes e estratégias pedagógicas, como “alunos em atraso” ou “programas de aceleração”, carrega implicações sociais e culturais que influenciam a percepção de educadores, gestores e comunidades escolares. A Etnoterminologia ajuda a analisar como esses termos moldam narrativas e políticas educacionais, frequentemente reforçando estigmas. Este artigo explora esse vocabulário com base em uma seleção de *corpus* documental, adotando uma abordagem qualitativa com documentos oficiais, com foco na diversidade regional e cultural do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Correção de fluxo, Terminologia, Etnoterminologia, Distorção idade-série.

Introdução

O sistema educacional brasileiro enfrenta desafios históricos relacionados ao atraso escolar, comumente medido pela distorção idade-série, o que reflete o descompasso entre a idade do aluno e o ano escolar que está sendo cursado. Em 2023, conforme dados analisados pelo UNICEF, 13,3% dos estudantes do Ensino Fundamental das redes estaduais e municipais de ensino estariam em distorção idade-série – ou seja, tinham dois ou mais anos de atraso escolar (UNICEF, 2024). Nos anos finais do Ensino Fundamental, eram 27,9% em distorção idade-série em 2018, versus 19,3% em 2023. E, no Ensino Médio, a taxa caiu de 31,1% em 2018 para 21,6% em 2023. Ainda, em 2024, conforme o Instituto Nacional de Estudos e

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPG-LETRAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), linha de pesquisa Estudos do Léxico e da Tradução, professora da rede escolar pública em Porto Alegre – RS e integrante do Grupo de Pesquisa em Acessibilidade Textual e Terminológica (ATT)-UFRGS. E-mail: camilatsusin@gmail.com

² Docente e pesquisadora do PPG-LETRAS-UFRGS, bolsista PQ-CNPq, coordenadora do grupo de pesquisa ATT-UFRGS. E-mail: maria.finatto@gmail.com

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil - INEP, 2024), a taxa de distorção idade-série no Brasil alcançou 10,9% na totalidade dos ensinos Fundamental e Médio, somadas as áreas urbanas e rurais do território nacional. Este fenômeno não apenas compromete o desempenho acadêmico individual, mas também evidencia desigualdades estruturais e limitações das políticas educacionais, gerando um impacto significativo sobre a qualidade e a equidade no ensino.

Na interface entre Educação e Estudos da Linguagem, investigações recentes, como as apresentadas por Chaves (2019), Carvalho (2021), Martins (2016) e outros, têm explorado como os discursos e as terminologias utilizadas nas escolas e políticas públicas moldam as percepções sobre atraso escolar e estratégias de correção de fluxo. A Etnoterminologia, enquanto subcampo da Terminologia, emerge como uma abordagem promissora para ajudar a compreender os significados atribuídos à terminologia educacional em contextos específicos, revelando camadas culturais e ideológicas frequentemente negligenciadas.

As pesquisas mapeadas pela Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica e também pelos documentos normativos dos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Mato Grosso, São Paulo e Amazonas, sobre a distorção idade-série e a correção de fluxo escolar, encontrados digitalmente, com frequência priorizam análises quantitativas, como índices de reprovação e evasão. Contudo, é importante destacar a importância de se estudarem os aspectos discursivos e simbólicos relacionados à terminologia educacional.

Esses estudos apontam que termos como “aluno em atraso” e “promoção automática” carregam significados que podem reforçar estigmas ou simplificar questões complexas, influenciando diretamente a formulação e a recepção de políticas educacionais. Embora relevantes, essas pesquisas não examinam sistematicamente o papel da terminologia no processo de construção de significados sobre a distorção idade-série em diferentes contextos culturais e linguísticos. A literatura ainda carece de estudos que conectem explicitamente a análise terminológica à formulação de políticas públicas inclusivas e eficazes.

Este estudo busca colaborar com o entendimento do termo “distorção idade-série” e equivalentes ao analisar a terminologia relacionada à distorção idade-série e à correção de fluxo escolar sob a perspectiva da Etnoterminologia, com o objetivo de compreender como os significados atribuídos a esses termos influenciam práticas pedagógicas e políticas públicas.

A pesquisa adota uma abordagem qualiquantitativa, com seleção de *corpus* via ferramenta *BootCat*. Procede-se uma análise documental de leis e de relatórios de políticas

públicas, apresentando a incidência de termos e expressões relacionados à distorção idade/série na educação, sendo eles *distorção idade* (ou *distorção idade-série*), *aceleração* e *correção de(do) fluxo*. A seleção do *corpus* considerou materiais que pudessem refletir a diversidade regional e cultural do Brasil, garantindo uma perspectiva ampla e representativa.

Referencial teórico

A Terminologia é um campo da Linguística Aplicada que se dedica ao estudo das terminologias e do vocabulário empregados em contextos especializados, associados, em geral, à comunicação técnico-científica. Segundo Cabré (1999), a Terminologia, como área de estudos, vai além da simples elaboração de dicionários ou glossários, pois implica uma análise profunda da relação entre termos/designações, definições, conceitos e seus significados. Para essa autora, compreender as terminologias exige observar a ligação intrínseca entre os conceitos e os signos que as expressam, pois

A terminologia é a expressão do conhecimento científico e técnico, que necessita de uma sistematização e padronização para garantir a precisão e a clareza da comunicação entre os especialistas (Cabré, 1999, p. 31).

De acordo com Cabré (2000), as terminologias são fundamentais para a comunicação especializada, pois permitem a troca clara e precisa de informações em campos como Saúde, Direito, Tecnologias e Ciências. A autora ressalta a importância das terminologias também na tradução técnica, na qual é essencial a preservação dos significados e/ou conceitos das terminologias para garantir a fidelidade ao conteúdo original, pois “A tradução de textos especializados exige uma abordagem que respeite a terminologia exata de cada campo do saber, para que se preserve o significado preciso do termo original” (Cabré, 2000, p. 42).

Finatto (2014) acrescenta que, ao tratar das terminologias, é imprescindível que um tradutor ou intérprete compreenda os conceitos subjacentes aos termos. Para a referida autora, o conhecimento profundo do campo de estudo é crucial para evitar imprecisões na tradução, já que como a “terminologia deve ser vista como um sistema de conceitos interligados, [...] o tradutor deve ter um conhecimento profundo do campo para evitar erros na transmissão da informação” (Finatto, 2014, p. 103).

Entre diferentes perspectivas dos estudos de Terminologia de viés linguístico e descritivo, a Etnoterminologia é um tipo de trabalho e pesquisa que tende a expandir a apreciação de terminologias para além de um campo científico e técnico mais tradicional. Isso porque propõe a validade de descrever e analisar termos e conceitos próprios empregados por

grupos sociais específicos, externos às academias e associações profissionais institucionais. A Etnoterminologia está especialmente relacionada ao estudo de terminologias ligadas a práticas, saberes populares e expressões culturais.

Assim, a Etnoterminologia, que pode ser pensada como uma subárea da Terminologia, é uma nova disciplina entre os estudos da linguagem, estabelecida no Brasil sob a liderança de Maria Aparecida Barbosa, em 2005. A partir de suas propostas, parte-se para o estudo dos conhecimentos, crenças e saberes construídos e compartilhados por grupos sociais específicos. Essa subárea, no Brasil, tende a se situar na interseção entre os universos de discursos literários e das linguagens de especialidade. Como a Terminologia, a Etnoterminologia foca na análise das unidades de significação, como o vocábulo-termo.

Dessa forma, a identificação de vocábulos (palavras) e dos termos “técnicos” (as terminologias), conforme empregadas e significadas, revelam funções semânticas plurifuncionais, variando conforme diferentes contextos discursivos e epistemologias de referência. (Silva; Finatto, 2025, p.217)

Cabe sintetizar que a Terminologia é a área que estuda os termos empregados em linguagens especializadas, tratando da relação entre a língua comum e os sistemas conceituais próprios e específicos de diferentes áreas do conhecimento. Nesses estudos, investigam-se como palavras podem se transformar em termos técnicos (terminologização) e como termos podem retornar ao uso cotidiano (vocabularização). Sua aplicação e estudo são fundamentais para ajudar a organizar o conhecimento e facilitar os fluxos da comunicação especializada. Mas, em diferentes perspectivas linguísticas da Terminologia, também se estuda como identificar os contextos culturais que geram conceitos e suas denominações, destacando-se a relação dinâmica entre língua, culturas e conhecimento. Nesse ponto de conexão, entre cultura e conhecimentos sistematizados, buscou encaixar-se a Etnoterminologia.

A partir da grande área da Terminologia, outras perspectivas surgem, como é o caso, entre outros, da Socioterminologia, Terminologia baseada em *frames* e da Etnoterminologia. Essa última foi proposta, inicialmente, para estudar as unidades lexicais específicas no contexto de registros populares, associados às manifestações da cultura brasileira. Elas foram percebidas por possuir um duplo estatuto: sendo vocábulos da língua comum, mas também funcionando com se fossem termos de linguagens especializadas, dependendo dos contextos discursivos que as envolviam. Para Barbosa (2006),

Conforme a concepção teórica, esse processo pode ser chamado de banalização, vulgarização e popularização. Tem-se, por exemplo, entrar em órbita, transposto da

área técnico-científica para a língua geral, por um processo de metaforização. É o caso, ainda, de paradigma, desconstrução, sintonizar, dentre outros.

A Etnoterminologia passou a explorar, inicialmente, exemplos de discursos etno-literários, nos quais algumas unidades lexicais se tornavam símbolos de valores e de temas universais, representando papel análogo ao das terminologias “tradicionais”. Essas unidades combinariam aspectos da linguagem literária e técnico-científica, preservando tanto o valor semântico social quanto o histórico-cultural, como seria o caso, por exemplo, de um nome e/ou conceituação ou descrição populares para uma determinada doença ou para uma espécie botânica cientificamente reconhecida. Dessa forma, a Etnoterminologia apresenta-se como uma nova disciplina para nos ajudar a compreender a riqueza, a complexidade e o processo de cunhagem de terminologias “populares”, externas a um cenário *standard* de conhecimentos acadêmicos ou tecnológicos, assim como aponta que pode haver conexões entre saberes populares e conhecimentos científicos.

Em função da grande intersecção entre cultura, políticas e denominações para determinados conceitos que emergem em documentos oficiais, entendemos que a Etnoterminologia pode nos ajudar a identificar aspectos peculiares do processo de composição de novos conceitos, como os de “distorção idade-série” e as suas implicações. Embora esses textos, sendo oficiais e de gêneros especializados, possuam uma “função técnica especializada”, a linguagem neles utilizada reflete, ainda que de maneiras mais ou menos implícitas, percepções, valores em construção e visões de mundo de uma sociedade em um determinado momento histórico.

Vale dizer, a terminologia educacional não é apenas um conjunto de categorias abstratas ou operacionais, mas sim um reflexo da maneira como a sociedade tende a enxergar e significar o processo educacional, as práticas pedagógicas e as relações de poder entre os diferentes atores educacionais. O uso de certos termos pode carregar consigo aspectos de uma cosmovisão particular, refletindo uma forma específica de organizar o conhecimento, de estruturar a educação e até de conceber o papel do educador e do educando. Portanto, ao analisar as terminologias e os modos de dizer de documentos oficiais ou acadêmicos, pode ser possível descobrir como essas palavras estão imersas e vão sendo significadas em meio a um contexto cultural e histórico.

Além disso, é importante destacar que, ao considerar as terminologias e conceituações emergentes como fenômenos culturais, que associam tanto saberes quanto conhecimentos, extrapolamos o cenário ficcional ou de textos literários e registros populares, conforme colocado originalmente por Barbosa. Leis e relatórios, obviamente, não são gêneros

ficcionais, mas suas considerações e delimitações tendem a se espalhar por todas as esferas de produção de conhecimento e comunicação. Portanto, a perspectiva da Etnoterminologia, entre outras, como a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), tende a oferecer uma compreensão da linguagem que não só identificaria os termos *stricto sensu*, mas também pode ajudar a revelar conexões, dinâmicas culturais e sociais que estariam por trás ou imbricadas na formação e no uso e escolha dessas palavras.

Materiais e métodos

Inspiradas em Bezerra (2019), buscamos identificar e descrever usos vocabulares associados às ideias de “distorção idade-série” em documentos oficiais brasileiros, como: Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica, Programa de Correção do Fluxo Escolar do estado do Pernambuco, Plano Estadual de Educação do estado do Rio Grande do Sul, Resolução Normativa Educacional do estado do Mato Grosso, Flexibilização da Trajetória Curricular e Certificação de Estudos no Sistema Estadual de Ensino de São Paulo, Plano Estadual de Educação do estado do Amazonas.

Para tanto, seguiu-se a metodologia da Linguística de *Corpus* (LC), conforme introduzida no Brasil por Berber Sardinha (2004). A LC caracteriza-se pela análise extensiva de um conjunto de textos em formato digital (o *corpus* de estudo) especialmente selecionado, a qual é feita com apoio informatizado. No nosso caso, a seleção foi guiada pela inserção do assunto “distorção idade-série” nos documentos. A partir disso, foi criado um conjunto amostral de textos selecionados via *Bootstrap Corpus Creation Tool* (*Bootcat*).

Essa ferramenta computacional foi desenvolvida com o objetivo de auxiliar na criação de *corpora* linguísticos específicos, principalmente voltados para a área de Processamento de Linguagem Natural (PLN). Criado por Paolo Rosso e Alberto Barrón-Cedeño, a principal função do *Bootcat* é permitir a construção rápida e eficiente de *corpora*, a partir de um conjunto inicial de palavras-chave ou expressões relacionadas ao domínio de interesse.

O processo de construção do *corpus* no *BootCat* é baseado em um método denominado *bootstrap*, que consiste em começar com um pequeno conjunto de palavras ou termos que são representativos de um tema ou área específica. A ferramenta utiliza esses termos para realizar buscas automáticas em grandes fontes de dados da *web* (como páginas HTML) e selecionar os textos relevantes para compor o *corpus*. Além disso, o *BootCat* realiza um processo de filtragem de dados para garantir que o conteúdo coletado seja pertinente e de qualidade, promovendo a formação de um banco de dados textual robusto e especializado.

Uma das vantagens do *BootCat* é sua capacidade de lidar com domínios e idiomas específicos, criando *corpora* especializados que podem ser usados para uma variedade de finalidades, como treinamento de modelos de PLN – Processamento de Linguagem Natural, análise de tendências linguísticas e construção de dicionários especializados. A facilidade de uso torna o *BootCat* uma boa ferramenta para pesquisadores e profissionais que buscam criar *corpora* customizados sem a necessidade de coleta manual de dados.

Com o *Bootcat*, criou-se *corpus* de documentos oficiais a ser analisado e observado via outro recurso computacional, a plataforma *Voyant Tools*. *Voyant Tools* permite identificar nuvens de palavras mais frequentes, assim como observar com qual frequência as terminologias associadas a um dado tema em foco aparecem nos textos. *Voyant Tools* é uma plataforma gratuita interativa, que permite análises do vocabulário de textos. Tem acesso e uso direto *on-line*, tendo sido desenvolvida para facilitar a exploração e a visualização de grandes volumes de dados textuais. Voltada para pesquisadores, linguistas e outros profissionais que lidam com *corpora* digitais, permite uma análise detalhada do conteúdo textos escritos por meio de diversos recursos de visualização.

Voyant Tools oferece uma série de funcionalidades, como listagens diversas, criação de gráficos dinâmicos, nuvens de palavras, diagramas de frequência e outras visualizações interativas que tornam a identificação de padrões e tendências nos dados textuais mais acessível. Esses recursos são especialmente valiosos para a análise exploratória do vocabulário mais recorrente, distribuição de palavras em diferentes fontes e para a apresentação de resultados de maneira intuitiva.

Após escolha das ferramentas de coleta e análise, passa-se à síntese dos documentos oficiais, apontados pelo *Bootcat* como relevantes para uma pesquisa sobre os temas em foco:

Quadro 1 – Documentos e sínteses do *corpus*

Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica – Tem como objetivo implementar estratégias, programas e ações para a recuperação das aprendizagens e o enfrentamento da evasão e do abandono escolar na educação básica, sendo um documento orientador nacional. [2.029 palavras]
Fonte: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.079-de-23-de-maio-de-2022-402040949
Programa de Correção do Fluxo Escolar do estado do Pernambuco – Este programa tem como objetivo principal ajustar a defasagem idade-série dos estudantes, ou seja,

alinhar a idade dos alunos com a série escolar correspondente, visando reduzir índices de repetência e evasão escolar. [907 palavras]

Fonte:

<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=6&numero=30383&complemento=0&ano=2007&tipo=&url=>

Plano Estadual de Educação do estado do Rio Grande do Sul – Este documento apresenta o plano educacional válido para o estado do Rio Grande do Sul, contemplando também a distorção idade-série. [28.644 palavras]

Fonte: https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/forum_est_educ_proj_lei_pee.pdf

Resolução Normativa Educacional do estado do Mato Grosso – Abrange aspectos como organização curricular, modalidades de ensino, formação de professores e critérios de avaliação. Seu objetivo é orientar as instituições de ensino na implementação de práticas pedagógicas que promovam a qualidade educacional e atendam às especificidades da comunidade escolar mato-grossense. [7430 palavras]

Fonte:

<file:///C:/Users/vinic/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20N%C2%BA%2009-2023-CEE-MT%20-%20Estabelece%20normas%20para%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20no%20Sistema%20Estadual%20de%20Ensino%20e%20d%C3%A1%20outras%20providencias%20-%2028.03.2023.pdf>

Flexibilização da Trajetória Curricular e Certificação de Estudos no Sistema Estadual de Ensino de São Paulo – Estabelece diretrizes para flexibilizar a trajetória escolar e certificar conhecimentos adquiridos fora da escola, com objetivo de garantir a permanência dos estudantes e evitar a evasão, permitindo progressão diferenciada e reconhecimento de aprendizagens prévias. [5980 palavras]

Fonte:

<https://www.sieeesp.org.br/sieeesp2/uploads/legislacaoescolar/Indica%C3%A7%C3%A3o/Indica%C3%A7%C3%A3o%20CEE%20n%C2%BA%20180-19%20-%20Procedimentos%20de%20flexibiliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20trajet%C3%B3ria%20escolar%20e%20certifica%C3%A7%C3%A3o%20curricular-%20garantia%20%C3%A0%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20%C3%A0%20aprendizagem.pdf>

Plano Estadual de Educação do estado do Amazonas – Estabelece metas para a educação em 10 anos, focando na universalização do ensino, qualidade educacional, valorização dos profissionais e gestão democrática, alinhado ao Plano Nacional de Educação. [38436 palavras]

Fonte: <https://www.seduc.am.gov.br/images/2024/PDF/PEEAM.pdf>

Fonte: elaborado pelas autoras.

Descrição e análise de dados

Após seleção desse *corpus* documental, iniciou-se a busca e a descrição quantitativa das terminologias e expressões afim utilizadas nas fontes apresentadas no Quadro 1, as quais se encontram disponíveis em formato digital. Com a ferramenta *Voyant Tools*, anteriormente explicada, torna-se possível verificar, por exemplo, diferentes desenhos das nuvens de palavras de cada um dos documentos do *corpus* de estudo. Além disso, a partir dessa ferramenta, foi possível verificar também a frequência das palavras-chave de cada um dos documentos. Analisamos cada uma dessas nuvens e listas de frequências, a partir das quais sintetizamos os dados no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Documentos e termos

Documento	Total de palavras via <i>Voyant Tools</i>	Quantidade termo “distorção idade”	Quantidade termo “aceleração”	Quantidade termo “correção de fluxo”
Plano Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica	2.029	1	0	0
Programa de Correção do Fluxo Escolar do estado do Pernambuco	907	4	3	7
Plano Estadual de Educação do estado do Rio Grande do Sul	28.644	2	1	3
Resolução Normativa Educacional do estado do Mato Grosso	7.430	1	6	0
Flexibilização da Trajetória Curricular e Certificação de	5.980	5	5	0

Estudos no Sistema Estadual de Ensino de São Paulo				
Plano Estadual de Educação do Estado do Amazonas	38.436	6	0	2

Fonte: elaborado pelas autoras.

Assim, após identificação da frequência das palavras-chave em foco (associadas à distorção), cuja ocorrência mostra-se baixa ou baixíssima, dependendo da documentação, é possível localizar em quais frases estão aplicadas e de que modo são empregadas ao longo da documentação reunida. Isso permite analisar qualitativamente as incidências, ainda que poucas, observando-se, inclusive, qual normativa, aparentemente, preocupar-se-ia mais com a questão da complexidade da distorção idade-série.

Nesse contexto, o documento mais recente analisado é justamente o Plano Nacional de Recuperação das Aprendizagens, de 2022, o qual não conta com os termos “correção do(de) fluxo” e “aceleração”, e tem uma única ocorrência de “distorção idade-série”, a qual é verificada, com grifos nossos, em “desenvolver ações que possibilitem diminuir a **distorção idade-série** por meio do monitoramento da trajetória escolar”. No entanto, não fica especificado de que modo são essas ações ou como devem ser desenvolvidas, deixando-se em aberto o entendimento (inclusive do que seria a definição desta distorção).

Já o documento Programa de Correção do Fluxo Escolar do estado de Pernambuco apresenta frequência dos termos “distorção idade-série”, “aceleração” e “correção do fluxo”. Pelos termos e suas inserções no Programa, é possível verificar que se trata de uma política pública realmente voltada para a finalidade a que havia sido proposta, em 2007. A organização da normativa apresenta definições e delimitações importantes para a implementação do programa.

O Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, por sua vez, tem baixíssima frequência dos termos “distorção idade-série”, “aceleração” e “correção do fluxo” em relação à quantidade de palavras que compõem o documento. Cabe ressaltar que o documento descreve que leva

sempre em consideração as especificidades individuais de cada educando, garantindo a concepção de avaliação emancipatória e de progressão continuada nas

propostas político-pedagógicas das escolas, superando a lógica da reprovação e da repetência, incidindo sobre os índices de evasão e distorção idade-escolaridade (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2014, p.9).

No trecho supracitado, fica evidente a não preocupação com a “distorção”, mas sim a “superação da lógica da reprovação”, a qual incide sobre índices, estando atrelada a números e resultados, e não à preocupação com a aprendizagem.

Já a Resolução Normativa Educacional do estado do Mato Grosso apresenta nenhuma frequência do termo “correção de fluxo” e apenas uma incidência do termo “distorção idade-série”. O registro de “aceleração” ocorre, sendo considerada uma “forma de reposicionamento do estudante com distorção escolar em relação a sua idade” (Mato Grosso, 2023, p.30). Vale destacar, neste caso, um outro termo distinto dos alvos desta pesquisa, visto que a normativa do estado do Mato Grosso considera a correção de fluxo como “reclassificação”, visto que o tempo de escolaridade deve ser considerado, constando que a “Reclassificação do estudante é seu reposicionamento em série, ano, fase, ciclo, período, ou outra forma de organização adotada pela escola, diferente daquela indicada no seu histórico escolar[...]” (Mato Grosso, 2023, p.30). Essa denominação diferenciada é bastante significativa.

O documento norteador “Procedimentos de flexibilização da trajetória escolar e certificação curricular: garantia à educação e à aprendizagem”, de São Paulo, possui baixa frequência dos termos “distorção idade-série” e “aceleração”, e nenhuma frequência de “correção do fluxo”. Destaca-se, mesmo não havendo grande ocorrência dos termos, que os descritores sobre a distorção idade-série apresentam contextualização, com dados concretos a respeito desta situação no país.

No Brasil, em números absolutos, verificamos que dos aproximados 35 milhões de matrículas nos ensinos fundamental e médio, nas redes pública e privada, mais de 7 milhões apresentam distorção idade-série (dois ou mais anos de atraso na trajetória). Aproximadamente 5 milhões pertencem ao ensino fundamental e outros 2 milhões ao ensino médio. Apesar de São Paulo posicionar-se entre os menores percentuais estaduais, isso representa uma taxa de distorção nos anos iniciais do Ensino Fundamental de 5%, nos anos finais desse mesmo ensino de 11% e no Ensino Médio 13%. Destaca-se a face perversa que perpassa a distorção idade-série e as consequências acarretadas na vida escolar de crianças e jovens (São Paulo, 2018, p.1-2)

Não obstante, o documento ainda destaca: “Há que se enfatizar que a aceleração de estudos como um projeto específico, assim como o processo de reclassificação destinam-se à correção da distorção idade/série.” (São Paulo, 2018, p.5). Assim, aponta-se para duas ideias

com relação aos estudantes que apresentam distorção idade-série, aparentando preocupação com estes educandos, gerando um documento com maior clareza quanto à sua delimitação.

A última análise é sobre o Plano de Ensino do Amazonas, no qual constam os termos “distorção idade/série”, “correção de fluxo”, mas não há nada sobre “aceleração”. Entretanto, dos materiais analisados, este é o documento mais esclarecedor e completo, pois apresenta dados concretos sobre a realidade do estado do Amazonas, inclusive sobre o que é considerado “distorção idade-série” para aquela legislação, quais são as ações a serem propostas e qual embasamento legal para a criação desta política pública.

Assim sendo, após verificação dos termos selecionados nos seis documentos reunidos em um *corpus*, pode-se avançar para uma tentativa de análise sob o viés da Etnoterminologia. Conforme mencionado, a Etnoterminologia é o estudo das unidades lexicais que pertencem a um determinado grupo cultural e que carregam significados profundos e específicos dentro desse contexto e dessa comunidade discursiva. Essas palavras e expressões, ao serem inseridas em discursos culturais ou rituais, tendem a adquirir sentidos que vão além de seu significado comum na língua em geral, tornando-se símbolos ou elementos que refletem valores, crenças e práticas de uma determinada sociedade. A ausência ou pouca presença de uso desses elementos, em documentos tão importantes, também é altamente significativa.

Conforme Barbosa (2006), essas unidades lexicais não se limitam a palavras de uso cotidiano, mas são frequentemente caracterizadas por um processo de *terminologização*, no qual termos comuns se tornam especializados e ganham um novo significado dentro de um campo específico de conhecimento ou prática. Além disso, elas podem passar por um processo de *metaterminologização*, no qual um termo técnico ou especializado é transferido para outro contexto, ainda que seu significado original não se perca por completo.

Na Etnoterminologia, é essencial compreender como essas palavras funcionam enquanto elementos dinâmicos de um discurso cultural, refletindo não apenas um vocabulário, mas também a forma como as sociedades constroem e compartilham suas visões de mundo. Assim, essas palavras têm um papel central na comunicação de ideias, crenças e rituais, tornando-se chave para entender como as culturas se expressam e se constroem por meio da linguagem. Assim, inspiradas por Barbosa, ousaremos aproximar uma comunidade de gestores políticos, ocupados com a área da educação, a uma comunidade cultural que se demarca por suas crenças e significações particulares.

A Etnoterminologia, ao analisar as origens, os usos e as conotações dessas expressões, conforme apostamos, pode permitir desvendar como essas palavras moldam narrativas e influenciam políticas educacionais, muitas vezes reforçando estigmas ou, até mesmo, simplificando a complexidade de um problema. O *corpus* documental relacionado à distorção idade/série, quando analisado sob essa ótica, revela que o vocabulário empregado reflete não apenas uma realidade objetiva, mas também valores e ideologias presentes nos contextos escolares. Por exemplo, a oposição entre termos como “promoção automática” e “mérito acadêmico” frequentemente polariza o debate sobre o progresso escolar, ocultando ou silenciando as nuances que caracterizam o cotidiano de estudantes em “vulnerabilidade social”.

Ao adotar a Etnoterminologia como abordagem, o estudo da distorção idade-série e da correção de fluxo escolar tende a ganhar uma perspectiva crítica e interdisciplinar. Essa metodologia não apenas pode enriquecer o entendimento dos desafios educacionais, mas também pode despertar uma percepção mais fina desses enunciados e enunciações, contribuindo para a construção de políticas mais inclusivas e sensíveis às realidades culturais e linguísticas das comunidades envolvidas. Ao observar a baixa frequência ou a ausência dos termos “distorção idade-série”, “aceleração” e “correção de fluxo”, além de seus habitats linguístico-frasais, em documentos elaborados e validados por comunidades de gestores, é possível traçar conexões com as visões de mundo, valores culturais e práticas pedagógicas de cada estado ou instituição.

Aplicabilidades da Etnoterminologia para o tratamento de textos institucionais e reguladores

A “distorção idade-série”, enquanto conceito, é um exemplo de como um termo “técnico” pode carregar diferentes significados dependendo do contexto educacional e cultural. Nos documentos analisados, quando tal termo aparece, ele muitas vezes é tratado de maneira superficial, sem uma explicitação clara do que o conceito abrange ou de como ele, sendo um problema, deveria ser combatido. Isso pode indicar que o termo “distorção” não é apenas um indicador de defasagem escolar, mas também um reflexo da visão da sociedade sobre o que é considerado “normal” ou “ideal” no processo educativo.

Em documentos como o Plano Nacional de Recuperação das Aprendizagens (2022), a menção à “distorção” ocorre de maneira vaga e não está ladeada por trechos específicos que mencionem ações concretas. Isso poderia ser interpretado, via Etnoterminologia, como um

reflexo de uma perspectiva cultural mais abrangente e generalista, na qual os valores de equidade e inclusão podem estar sobrepondo as necessidades de ajustes técnicos ou específicos para combater a defasagem escolar. A ausência de definição detalhada para “distorção” e das ações corretivas pode refletir um processo de “simplificação” ou até “normalização” do termo para uma abordagem mais inclusiva. Nessa abordagem, evitar-se-ia uma rotulação de estudantes em situação de vulnerabilidade, algo comum em contextos culturais que prezam pela universalidade da educação e pelos princípios de igualdade.

A presença ou a ausência do termo “aceleração” nos documentos também pode fornecer pistas importantes sobre as abordagens culturais no que diz respeito ao ritmo de aprendizagem. Em estados como Mato Grosso, o termo “aceleração” é apresentado como uma das possibilidades de “reclassificação do estudante”, considerando a possibilidade de “seu reposicionamento em série, ano, fase, ciclo, período, ou outra forma de organização adotada pela escola, diferente daquela indicada no seu histórico escolar, exceto no último ano do Ensino Médio, vedado o princípio do retrocesso” (Mato Grosso, 2023, p.30). Isso pode ser interpretado como uma forma de reconhecimento de *um tipo de distorção no fluxo escolar* que demanda ajustes rápidos para alguns estudantes, sendo algo documentado e organizado, além de permitido pelo Sistema Estadual de Ensino.

Contudo, em documentos como o Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, o termo “aceleração” está praticamente ausente, sendo substituído por conceitos e denominações, tais como “progressão continuada” e “superação da lógica da reprovação”. Isso apontaria para um enfoque menos “técnico” e mais holístico sobre a aprendizagem, em que a aceleração pode ser vista como uma ideia problemática, associada ao risco de “pressionar” os alunos sem oferecer a base adequada. Nessa ótica, o termo “aceleração” poderia ser interpretado como algo associado à pressa ou a uma tentativa de “dar solução rápida” a um problema estrutural mais profundo, o que é geralmente evitado em documentos voltados para uma abordagem mais cuidadosa e inclusiva da educação. No entanto, o mesmo documento parece ser raso no que diz respeito, justamente, à distorção idade-série, deixando em aberto o que deve ser feito e priorizado nestes casos, “garantindo a concepção de avaliação emancipatória e de progressão continuada nas propostas político-pedagógicas das escolas, superando a lógica da reprovação e da repetência, incidindo sobre os índices de evasão e distorção idade-escolaridade” (Rio Grande do Sul, 2014, p.16). Como se percebe, pode-se gastar muitas palavras em torno de algo pouco especificado.

A “correção de fluxo”, que em alguns documentos, como o de Pernambuco, aparece com uma ênfase clara, pode ser vista como um exemplo de um “conceito técnico” e estrutural para lidar com a defasagem escolar, como pode ser percebido em

Art. 1º O Programa de Correção do Fluxo Escolar, no ensino fundamental e médio, vinculado à Secretaria de Educação, incluído entre os Programas Prioritários de Governo, tem por objetivo geral o desenvolvimento de uma política de correção do fluxo escolar, através da alfabetização e da aceleração da aprendizagem, na Rede Pública de Educação do Estado. (Pernambuco, 2007)

Assim, a forma como o termo é abordado tende a ser reveladora de diferentes visões de mundo. Por exemplo, no documento de Mato Grosso, a expressão “flexibilização” é utilizada em vez de “correção de fluxo”, o que mostra uma preferência por um termo que implica maior flexibilidade e adaptabilidade, no lugar de uma solução direta ou rígida para o problema, como é percebido na legislação de Pernambuco.

Esse fenômeno pode ser analisado, discursivamente, também sob a ótica da Etnoterminologia, como um reflexo de uma cultura educativa que valoriza a adaptação ao aluno e a busca por soluções menos intrusivas ou normativas. O termo “flexibilização”, em vez de “correção”, poderia ser entendido como uma tentativa de tornar as políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às diferenças individuais dos estudantes, refletindo uma postura mais voltada para a personalização e a negociação do ritmo de aprendizado, sem forçar uma norma rígida de progressão.

As palavras escolhidas para referir ou descrever “distorção idade-série”, “aceleração” e “correção de fluxo” carregam em si não apenas um significado “técnico”, mas também uma visão sobre o que é considerado desejável ou adequado para os alunos. Em um contexto no qual as políticas educacionais buscam inclusão e equidade, o uso de termos como “flexibilização” e “superação da reprovação” pode ser uma tentativa de reduzir a estigmatização e de construir uma narrativa mais positiva sobre o aprendizado, tratando a defasagem escolar não como falha, mas como um ponto de partida para intervenções adaptadas.

Já nos contextos em que se buscam soluções rápidas para problemas evidentes, como no caso de Pernambuco, a presença dos termos “aceleração” e “correção de fluxo” reflete uma postura mais intervencionista e estrutural, visando ajustar rapidamente os fluxos de aprendizagem para corrigir as distorções. Muitas vezes, infelizmente, sem uma ponderação ou reflexão mais profunda sobre as causas estruturais desse fenômeno.

Assim, revela-se que a terminologia educacional não é apenas uma questão de “vocabulário técnico”, mas um campo em que valores, ideologias e percepções culturais sobre ensino e aprendizagem são continuamente negociados e/ou colocados em disputa. O uso e os qualificativos para termos como “distorção idade-série”, “aceleração” e “correção de fluxo” mostra-se, portanto, carregado de significados contextuais. Esses significados tendem a refletir a visão cultural de cada grupo social sobre um mesmo (será?) problema associado à defasagem escolar, às concepções sobre ritmo de aprendizagem e à construção de soluções a serem coletivamente adotadas.

Considerações finais

A análise dos documentos educacionais selecionados revela que, embora a temática da “distorção idade-série”, “aceleração” e “correção de fluxo” seja recorrente nas discussões das políticas públicas educacionais brasileiras, esses termos são tratados de forma diversificada, refletindo as visões culturais e pedagógicas de cada estado ou entidade. Com a Etnoterminologia, pode-se notar que esses termos, além de carregarem um significado “técnico” relacionado à defasagem escolar, mostram-se influenciados por valores, crenças e práticas pedagógicas locais, os quais moldam a forma como cada região aborda a questão da aprendizagem e o percurso escolar dos estudantes em vulnerabilidade social.

O Plano Nacional de Recuperação das Aprendizagens (2022), por exemplo, apresenta uma abordagem mais generalista e inclusiva, mencionando a distorção idade-série de forma vaga e sem especificar ações concretas para seu enfrentamento. Essa ausência de clareza sobre as medidas a serem adotadas pode refletir uma tendência mais ampla de evitar a rotulação de estudantes, buscando, em vez disso, garantir uma educação mais universalizada, embora sem uma definição mais ou menos precisa dos passos necessários para a redução da defasagem escolar.

Por outro lado, documentos, como o Programa de Correção do Fluxo Escolar de Pernambuco (2007), apresentam enfoque mais técnico e específico, com a definição clara das ações a serem implementadas e a utilização de terminologias como “correção de fluxo”, o que indica uma abordagem mais estruturada e interveniente para lidar com a distorção escolar. Este tipo de política, centrada na correção do fluxo, destaca-se pela ênfase em ajustes rápidos e específicos na trajetória escolar, visando à recuperação dos alunos “em atraso”.

A análise também mostrou que, em estados como Mato Grosso e São Paulo, a preocupação com a distorção idade-série é abordada de maneira diferenciada, com o uso de

termos como “flexibilização” e “progressão continuada”, os quais indicariam uma busca por soluções mais adaptativas e menos punitivas. A ênfase na flexibilidade e na adaptação ao ritmo de aprendizagem dos estudantes reflete uma visão pedagógica mais inclusiva, porém, por vezes, necessita de uma solução direta para a correção de fluxos escolares desajustados.

Assim, esses termos tornam-se também símbolos dentro de um contexto cultural específico, mostrando que a terminologia educacional vai além de sua “função técnica”. Ela está carregada de ideologias que, muitas vezes, moldam a forma como as questões educacionais são tratadas. A presença ou a ausência de termos como “aceleração” e “correção de fluxo” não apenas sinaliza a abordagem técnica de cada estado e de sua legislação, mas também reflete suas crenças sobre a importância da inclusão, da flexibilização e da adaptação às necessidades dos alunos.

Como destacado por Barbosa (2006), as palavras e as expressões empregadas nos discursos pedagógicos, ao passarem por um processo de terminologização, ganham conotações específicas que influenciam e refletem a forma como os conceitos de educação são estruturados e aplicados nas diferentes realidades. Em consonância com essa perspectiva, a análise da “distorção idade-série”, “aceleração” e “correção de fluxo” nos documentos revela como essas terminologias podem refletir não apenas práticas pedagógicas, mas também as ideologias implícitas a essas práticas, contribuindo para um entendimento mais crítico das políticas públicas educacionais.

Em suma, a comparação dos textos e dos usos linguísticos das políticas públicas educacionais ajuda a evidenciar a pluralidade de abordagens adotadas no Brasil para lidar com a distorção idade-série e a correção do fluxo escolar. A Etnoterminologia, ao nos apoiar para analisar as palavras e as expressões utilizadas em documentos oficiais, oferece, tal como outros enfoques da Terminologia descritiva, uma opção para embasar perspectivas críticas e interdisciplinares sobre a conformação textual de políticas educacionais. Essa análise não apenas tende a contribuir para a percepção de diferentes facetas dos registros que documentam políticas públicas, mas também abre caminho para que se possa detectar traços da construção de intervenções mais sensíveis e eficazes, que considerem a complexidade do problema e as especificidades culturais e pedagógicas de cada contexto.

Além do aporte da Etnoterminologia, uma possibilidade futura de estudo poderia aproveitar ou mesmo conjugar a abordagem de Temmerman (2000), com a sua Teoria Sociocognitiva da Terminologia. Nela, defende-se uma análise detalhada das terminologias específicas dentro de contextos culturais e educacionais conforme as categorizações

semânticas envolvidas e mobilizadas ao longo de enunciados. Temmerman (2000), com essa perspectiva, também pode nos auxiliar a compreender como as terminologias, os conceitos e os modos de compreender e de categorizar significados, uma vez institucionalizados, influenciam a formação de políticas públicas e a prática pedagógica.

A partir de uma análise mais aprofundada do conceito de “distorção idade-série”, “aceleração” e “correção de fluxo”, conforme apresentado em textos de documentos oficiais, seria possível não apenas mapear suas variações e adaptações nesses documentos, mas também entender os impactos dessas escolhas terminológicas feitas por gestores e políticos nas práticas educacionais e na experiência dos estudantes. Outra ampliação interessante seria a verificação desses elementos conforme repercutem ou são “traduzidos” em mídias de telecomunicação e em veículos do jornalismo brasileiro. Esse conjunto de registros, em contrapontos pela via dos estudos linguísticos do léxico, poderia enriquecer a reflexão sobre como as terminologias educacionais podem ser criadas, instanciadas, modificadas, mobilizadas e até mais ou menos repercutidas no intento de se promover uma educação mais justa e inclusiva.

Referências

AMAZONAS. Secretaria de Estado da Educação do Amazonas. *Plano de Ensino do Amazonas*. Manaus, 2017. Disponível em: <https://www.seduc.am.gov.br/images/2024/PDF/PEEAM.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BARBOSA, E. A. *Dicionário crítico de terminologia educacional: A construção do conhecimento e a linguagem*. São Paulo: Cortez, 2006.

BEZERRA, L. *A terminologia educacional e sua aplicação no contexto da educação básica*. Revista Brasileira de Terminologia, v. 34, n. 3, p. 120-135, 2019.

BERBER SARDINHA, T. *A terminologia no ensino de línguas e na tradução*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BOOTCAT. *A ferramenta de corpora para terminologia e tradução*. Disponível em: <https://www.bootcat.org>.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo Escolar da Educação Básica: Relatório de 2020*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.inep.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Taxas de distorção idade-série*. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-distorcao-idade-serie>. Acesso em: 29 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Recuperação das Aprendizagens (PNRA)*. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.079-de-23-de-maio-de-2022-402040949>. Acesso em: 11 dez. 2024

CABRÉ, M. T. *La terminología: Teoría, método y aplicaciones*. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

CABRÉ, M. T. *Terminology and translation: Theory and practice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2000.

CARVALHO, M. *Terminologia e educação: Os discursos sobre a distorção idade/série nas políticas públicas brasileiras*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2021.

CHAVES, P. A linguagem e a construção do conceito de atraso escolar nas políticas educacionais. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, n. 75, p. 134-148, 2019.

FINATTO, M. J. B. O campo da terminologia e a tradução. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 22, n. 1, p. 101-118, 2014.

MARTINS, A. L. *O impacto das terminologias na gestão educacional: A distorção idade/série nas escolas públicas brasileiras*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado da Educação do Mato Grosso. *Resolução Normativa Educacional de 2015*. Cuiabá, 2015. Disponível em: <https://www.indea.mt.gov.br/documents/9390542/65510363/RN0012022.pdf/0e635560-a3be-840a-4811-22122515224d?version=1.0&t=1721703029744&download=false&objectDefinitionExternalReferenceCode=49dc529b-4b00-d936-a620-94e5f79cd49e&objectEntryExternalReferenceCode=4111-9d09-5d18-da85-7ce8df7ec064>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. *Programa de Correção do Fluxo Escolar*, 2007. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=6&numero=30383&complemento=0&ano=2007&tipo=&url=>. Acesso em: 10 dez. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul. *Plano Estadual de Educação*. Porto Alegre, 2015. Disponível em: https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/forum_est_educ_proj_lei_pee.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. *Procedimentos de flexibilização da trajetória escolar e certificação curricular: Garantia à educação e à aprendizagem*. São Paulo, 2018. Disponível em:

<https://www.sieeesp.org.br/sieeesp2/uploads/legislacaoescolar/Indica%C3%A7%C3%A3o/Indica%C3%A7%C3%A3o%20CEE%20n%C2%BA%20180-19%20-%20Procedimentos%20de%20flexibiliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20trajet%C3%B3ria%20escolar%20e%20certifica%C3%A7%C3%A3o%20curricular-%20garantia%20%C3%A0%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20%C3%A0%20aprendizagem.pdf> . Acesso em: 10 dez. 2024.

SILVA, G.S.; FINATTO, M.J.B. *Racialização e escravidão no século XIX: aspectos linguísticos e espelhamento histórico-literário em O tempo e o vento*. In: GAZIERO, G.; SILVA BALBON, J. (Org.). XVII Mostra de Pesquisa [livro eletrônico]. Porto Alegre, RS: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2025. (Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul; 17). p. 214-232. Disponível em: https://apers.rs.gov.br/upload/arquivos/202503/31113305-anais-da-xvii-mostra-de-pesquisa-do-apers.pdf?fbclid=IwY2xjawJaYE5leHRuA2FlbQIxMAABHccrQXtnkod6FVXVck7Iu02nRNadxJsqr5_l2q877jHY5TiE521LcD252g_aem_s6jRO9ELDFIRPy2htSQgMQ. Acesso em: 04 abr. 2025.

TEMMERMAN, R. *Theories of terminology: Their functions in interdisciplinary communication*. Termnet, 2000.

UNICEF (2024). Brasil reduz distorção idade série...Unicef Brasil.04 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/brasil-reduz-distorcao-idade-serie#:~:text=Segundo%20dados%20de%202023%2C%20os,%2C%20eram%2019%2C7%2>.

VOYANT TOOLS. *Plataforma de análise textual e corpora*. Disponível em: <https://www.voyant-tools.org>.

ASPECTOS DO USO DO TERMO “DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NO ÂMBITO DA TERMINOLOGIA E DA ETNOTERMINOLOGIA

ABSTRACT: School flow correction aims to regularize the educational path of students with age-grade distortion, reflecting delays in academic progress. Traditionally linked to factors such as failure and school dropout, this issue reveals structural and cultural challenges within the education system. The terminology used to describe students and pedagogical strategies, such as “delayed students” or “acceleration programs,” carries social and cultural implications that influence the perceptions of educators, managers, and school communities. Ethnoterminology helps to analyze how these terms shape narratives and educational policies, often reinforcing stigmas. This article explores this vocabulary based on a selected documental *corpus*, adopting a qualitative approach with official documents, focusing on the regional and cultural diversity of Brazil.

KEYWORDS: Flow correction, Terminology, Ethnoterminology, Age-grade distortion.